

Informação

Projeto de resolução n.º 1224/XIV/2.ª

(PAN) - Recomenda ao Governo português que garanta a manutenção de Sintra na lista do Património Mundial

Projeto de resolução n.º 1269/XIV/2.ª

(CDS-PP) - Manutenção de Sintra na lista do Património Mundial da UNESCO

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, na reunião da Comissão de 30/06/2021

Projeto de resolução n.º 1371/XIV/2.ª (BE)

- Pela proteção do património de Sintra e da sua manutenção na lista do património mundial

1. Os Deputados do Grupo Parlamentar do PAN tomaram a iniciativa de apresentar o **Projeto de resolução n.º 1224/XIV/2.ª (PAN)** - *Recomenda ao Governo português que garanta a manutenção de Sintra na lista do Património Mundial* -, ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República em 23 de abril de 2021, tendo sido admitida e baixado à Comissão de Cultura e Comunicação no dia 27 do mesmo mês.
3. Por sua vez, o Grupo Parlamentar do CDS-PP tomou a iniciativa de apresentar o **Projeto de resolução n.º 1269/XIV/2.ª (CDS-PP)** - *Manutenção de Sintra na lista do Património Mundial da UNESCO* -, ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
4. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República em 13 de maio de 2021, tendo sido admitida e baixado à Comissão de Cultura e Comunicação no dia 17 do mesmo mês.
5. Por sua vez, o Grupo Parlamentar do BE tomou a iniciativa de apresentar o **Projeto de resolução n.º 1371/XIV/2.ª (BE)** - *Pela proteção do património de Sintra e da sua manutenção na lista do património mundial* -, ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
6. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República em 29 de junho de 2021, tendo sido admitida e baixado à Comissão de Cultura e Comunicação nesse mesmo dia.

7. A discussão das iniciativas ocorreu na reunião da Comissão de Cultura e Comunicação do dia 30 de junho de 2021.
8. O Senhor Deputado Nelson Silva (PAN) apresentou a iniciativa, referindo que uma das conclusões do "Relatório do Património Mundial em Risco 2016-2019", efetuado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), irá mostrar que a construção do Turim Palace Hotel, em Sintra, poderá não permitir a manutenção de Sintra como Património da Humanidade, o que, a acontecer, se reveste de extrema gravidade.
9. Com efeito, a paisagem cultural de Sintra foi a primeira paisagem cultural europeia a ser classificada como Património Mundial, em 1995.
10. O ICOMOS Portugal tem sido alertado para a progressiva perda de integridade e autenticidade do tecido urbano e da sua paisagem, sendo o caso mais flagrante o do projeto do hotel Quinta da Gandarinha, futuro Turim Palace Hotel, que ocupa um palácio do século XIX situado à entrada do centro histórico. O novo empreendimento tem 5.555 m² de construção e 3.900 m² de estacionamento.
11. Aquando da avaliação do projeto, o ICOMOS Portugal recomendou a elaboração de uma Avaliação de Impacto do Património (HIA), o que não aconteceu. Apesar de este projeto ter sido várias vezes rejeitado pela DGPC, o município de Sintra autorizou a sua construção em 2005. Um processo judicial arrastou-se durante vários anos e as obras foram suspensas até que fosse proferida uma decisão final a favor do município. Em 2017, as obras foram reiniciadas, apesar dos fortes protestos populares. No início de 2019, a não conformidade com o projeto aprovado, em especial com a área de construção, originou um embargo às obras que não terá sido respeitado pelo promotor do projeto.
12. O ICOMOS Portugal recomenda que o Turim Palace Hotel seja demolido para salvaguardar a paisagem cultural de Sintra e salienta que as atuais ameaças ao Património Mundial em Portugal se devem à falta de aplicação da regulamentação nacional e das recomendações internacionais, e que a construção do Turim Palace Hotel teria de ser submetida à avaliação do WHC.

13. Em síntese, estamos perante uma zona classificada como Património Mundial, protegida por um acordo internacional, onde se pretende construir um hotel que colocará em causa a manutenção de Sintra na lista de Património Mundial.
14. Desta forma, o PAN defende que o Governo deve, desde já, no cumprimento das obrigações assumidas com a UNESCO, garantir que o Turim Palace Hotel, em Sintra, não é construído e que são repostas as condições iniciais da paisagem.
15. Nestes termos, o Grupo Parlamentar do PAN propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que diligencie no sentido de assegurar que Sintra não é retirada da lista do Património Mundial.
16. A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) disse que a parte resolutiva dos três projetos de resolução vão todos na mesma linha, apesar das suas considerações serem bem diferentes.
17. Sintra integra a lista do Património Mundial da UNESCO, na categoria Paisagem Cultural, desde 1995.
18. Em 2005, foi aprovado o projeto de construção do Turim Palace Hotel, uma unidade hoteleira de cinco estrelas com cerca de cem quartos, a ser construída na Gandarinha. Em 2019, após terem sido detetadas desconformidades com o projeto inicialmente aprovado e licenciado, a obra foi embargada. Em outubro de 2020, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) emitiu um parecer parcialmente favorável a esta obra salientando, segundo notícias vindas a público, que “os problemas levantados nos pareceres técnicos de arquitetura, arqueologia e paisagismo foram corrigidos e esclarecidos parcialmente”.
19. Importa, neste sentido, saber se o que faltava então esclarecer foi corrigido pelos promotores da obra e o qual o parecer final da DGPC – cujo teor não parece ser público.

20. O Grupo Parlamentar do CDS-PP considera que este hotel é importante, uma vez que será gerador de emprego, contribuirá para colmatar a falta de camas no concelho de Sintra e potenciar receitas relevantes para o turismo. No entanto, tem de ser construído corrigindo todas e quaisquer irregularidades no projeto, por forma a que se mantenham cumpridos os critérios de classificação de Paisagem Cultural da UNESCO, bem como as Boas Práticas estabelecidas de gestão do património.
21. Torna-se, assim, determinante que o Governo assegure que Sintra permanece na lista do Património Mundial da UNESCO tomando, para o efeito, as diligências necessárias junto das entidades envolvidas por forma a que sejam efetuadas as alterações ao projeto de construção do Turim Palace Hotel, de acordo com o parecer emitido pela DGPC.
22. O Grupo Parlamentar do CDS-PP não considera aceitável correr-se o risco de que Sintra seja excluída desta lista. Numa matéria desta relevância o bom-senso deve prevalecer, sendo, assim, essencial acautelar o imprescindível equilíbrio entre a preservação das características culturais e ambientais desta quase milenar vila portuguesa e o seu interesse turístico e consequente oferta hoteleira.
23. Neste enquadramento, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que tome as medidas necessárias que assegurem que Sintra permanece na lista do Património Mundial da UNESCO acautelando, para o efeito, que são efetuadas as alterações necessárias ao projeto de construção do Turim Palace Hotel.
24. A Senhora Deputada Alexandra Vieira (BE) disse que a Paisagem Cultural de Sintra, classificada como património mundial, desde 1995, tornou-se, ao longo dos anos, uma referência para quem visita Portugal. Porém, a pressão turística questiona os limites, ainda que pouco definidos, para a carga de visitantes que museus, palácios, monumentos, sítios e paisagens podem suportar. Se, por um lado, o fluxo turístico permite angariar meios financeiros para a preservação, por outro, o excesso pode ser lesivo do património, senão mesmo destruidor, e pode despertar outros interesses ávidos de lucros fáceis e rápidos.

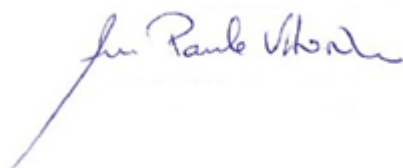
25. Esta situação de risco resultante da pressão dos interesses relacionado com o setor do turismo está na origem do alerta dado pelo ICOMOS e que consta no Relatório do Património Mundial em Risco 2016-2019, elaborado por esta entidade, consultora da UNESCO.
26. O risco de desclassificação da Paisagem Cultural de Sintra, um dos expoentes do Romantismo em Portugal, por incumprimento das diretrizes da Convenção do Património Mundial, deve-se ao projeto de construção de uma unidade hoteleira, o Turim Palace Hotel, situado à entrada do centro histórico de Sintra, na zona da Gandarinha. O projeto foi autorizado pela Câmara Municipal em 2005, mas as obras foram suspensas devido a um processo judicial. Retomadas em 2017, a construção foi embargada em 2019, o que não foi respeitado pelo promotor do projeto.
27. A recomendação do ICOMOS Portugal vai no sentido da demolição do que já está construído de modo a salvaguardar a Paisagem Cultural de Sintra, observando-se, assim, a aplicação da regulamentação nacional e das recomendações internacionais.
28. Neste sentido, o Bloco de Esquerda defende que sejam observadas as obrigações para com a UNESCO, nomeadamente rejeitando a construção do hotel e repondo a paisagem cultural protegida, recomendando ao Governo que inste a “Parque de Sintra – Monte de Lua SA” a cumprir as obrigações relacionadas com a manutenção da Paisagem Cultural de Sintra e diligencie no sentido impedir que Sintra não seja retirada da lista de Património Mundial.
29. A Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) disse acompanhar as preocupações expressas nas iniciativas apresentadas e que, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PS acompanha os projetos de resolução em apreciação. É necessário que haja um equilíbrio sustentável entre a construção que foi autorizada e a sua alteração e a forma como o edificado pode ser compatibilizável.
30. A Senhora Deputada Carla Borges (PSD) disse acompanhar as iniciativas apresentadas pelos proponentes. É inquestionável que temos de preservar esse

bem e dar a nossa contribuição para que isso continue a acontecer e para que Sintra continue na lista do Património Mundial.

31. A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) disse que o Grupo Parlamentar do PCP está de acordo que devem ser feitos todos os esforços para que Sintra permaneça na lista do Património Mundial e tem de haver uma solução para dignificar toda aquela paisagem e salvaguardadas todas as condições para que esse património fique salvaguardado.
32. Realizada a discussão, cuja gravação áudio se encontra disponível nos projetos de resolução referidos, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação da iniciativa na sessão plenária, nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 30 de junho de 2021

A PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Ana Paula Vitorino)